

FAZER-SABER, SABER-FAZER: ALGUMAS QUESTÕES PARA UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE OBRAS EM HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS¹

Isadora Machado²/Unicamp

Decerto que temos necessidade da história, mas temos necessidade dela de uma maneira diferente da do ocioso requintado nos jardins do saber, mesmo que ele olhe altivamente para as nossas rudes e antipáticas necessidades. Quero dizer que temos necessidade dela para a vida e para a ação, não para nos afastarmos preguiçosamente da vida e da ação, nem, muito menos, para embelezar esta vida egoísta e a nossa atividade branda e inútil. Serviremos a história só na medida em que ela serve a vida, mas o abuso da história e a sua sobrevalorização provocam a degenerescência e o enfezamento da vida, fenômeno de que é necessário e doloroso termos consciência, através dos evidentes sintomas que se manifestam na nossa época.

Friedrich Nietzsche.

Daí, a maneira precavida, claudicante deste texto: a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir seu próprio caminho. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão – tentar definir esse espaço em branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto tão precário, tão incerto ainda.

Michel Foucault

Este trabalho de algum modo se pauta por vazios e por lacunas que o fazer científico instaura quando precisa ser feito. Pretendemos agir nesses interstícios que se tornam mais visíveis quando nos fixamos em um ponto e tentamos falar fixamente a partir dele. É nesse sentido que fazer *história das idéias lingüísticas* permite que outros objetos sejam colocados às Ciências da Linguagem. Outros objetos, em geral, acabam por criar outros problemas. E, assim, se consideramos que esses outros problemas pedem outras práticas de análise, fica mais ou menos nítido que se deve refletir sobre essas outras práticas analíticas.

Sendo mais particulares, diríamos que o trabalho com a história do saber lingüístico pode ser feito a partir de uma determinada série de obras pertinentes (AUROUX, 1985; CHEVALIER & DELESALLE, 1987; GUIMARÃES, 2004) e, desse modo, precisaremos de uma prática analítica, isto é, de uma metodologia específica, que dê conta, não da totalidade de nosso objeto ou do esgotamento de nossas questões, mas da própria especificidade de nossa disciplina.

Orlandi (2001), ao apresentar o livro *História das Idéias Lingüísticas – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*, traz importantes informações sobre a formação da linha de pesquisa em história das idéias lingüísticas no Brasil. Além disso, situa o leitor em alguns horizontes epistemológicos, metodológicos e políticos dessa área de estudo, que se desenvolve em parceria com a equipe da S. Auroux, na França.

Segundo a autora, a proposta é de refletir a partir das chamadas novas práticas de leitura e da construção de arquivos, práticas estas que propõe a interpretação da história. Orlandi (2001) diz que é característico dessas práticas relacionar o que é dito com o que não é dito, ou com o que é dito em outro lugar, e mesmo com o que apenas poderia ser dito.

Orlandi (2001) toma o cuidado de delimitar os interesses deste modo de abordagem da história das ciências: é preferível se debruçar sobre a construção de conceitos e teorias que ver a história como única, universal e linear. Pode-se, assim, perceber acontecimentos que de outro modo não seriam perceptíveis. Além disso, recusa-se a hipótese de que a língua evoluiria por conta própria e de modo quase natural e também a hipótese de que a ligação entre uma língua e um território seja automática.

¹ Este trabalho foi realizado com o auxílio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

² Isadora Machado é graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestranda em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães, trabalha na área de História das Idéias Lingüísticas e desenvolve o projeto de dissertação “Para além das palavras e das coisas: Friedrich W. Nietzsche e as Ciências da Linguagem”.

A autora atenta ainda para o fato de que não se trata de historiografia, mas de história das idéias lingüísticas, ou seja, trabalha-se com as idéias sobre a língua mesmo antes da constituição da Lingüística moderna e, além disso, há também a especificidade de essa história ser feita por especialistas da área de linguagem. Olhar para a história das idéias lingüísticas do interior das Ciências da Linguagem traz como consequência, por exemplo, o fato de que se enxergam fenômenos que escapariam a um historiador que se apresente no exterior dessas disciplinas.

A autora insiste na abordagem discursiva, já que esta permite olhar para os discursos da e sobre a língua. Baseados nas novas técnicas de leitura de arquivo, ao produzir esses saberes não só se produz conhecimento, como se produz também novos arquivos, à disposição de outros pesquisadores.

Tentando delimitar nosso trabalho, procuraremos de algum modo caracterizar o que entendemos por história. Para tanto, valemo-nos inicialmente das considerações de F. Nietzsche, e sua Consideração Intempestiva II, *Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida* (1874).

Nietzsche (1976) começa essa *consideração inatural* lançando a questão de porque devemos abominar a idéia de uma história supérflua. Afinal, temos necessidade da história, mas não como um simples instrumento de erudição, isto é, a história deve ser usada para a vida e para a ação. O abuso da história e sua supervalorização causa a degenerescência da vida. É nesse sentido que considera como deficiência o que aquele tempo presente considerava como glória: a cultura ou febre histórica.

Para sua formulação seguinte traz a metáfora de um rebanho que pasta. E diz que ele se move pelo impulso do instante, sem sentimento de melancolia ou se saciedade. O homem invejaria nos animais a felicidade, apesar de se orgulhar da própria humanidade. O animal não tem memória e o homem se espanta, pois não tem a capacidade de esquecer e com isso fica permanentemente preso ao passado. O animal viveria, então, uma vida *não histórica*, já que se absorve completamente do instante presente, “como um número primo que não deixa qualquer resíduo atrás de si” (NIETZSCHE, 1976, p. 106) e que, por isso, não dissimula e nem esconde: só se pode ser sincero quando só há o instante. O homem, ao contrário, procura se defender e se esquivar do peso do próprio passado; e por isso se emociona ao olhar a criança, para quem não há um passado a recusar. Ela, entretanto, conhecerá palavras como “antigamente”, que fazem ao homem saber que sua existência é senão um imperfeito. “Quando, por fim, a morte traz o esquecimento desejado, rouba-nos simultaneamente o presente e a existência, e põe o selo definitivo sobre esta verdade, que ser não passa de um ter sido ininterrupto, uma coisa que vive de se negar e de se consumir, de se contradizer a si própria” (NIETZSCHE, 1976, p. 106).

O que há de comum entre a grande felicidade e pequenas doses dela, o que faz com que ambas sejam felicidade é a possibilidade de esquecer ou, em outros termos, a possibilidade de nos sentirmos, segundo Nietzsche (1976) momentaneamente **fora da história**. “O homem que é incapaz de se sentar no limiar do instante esquecendo todos os acontecimentos passados, aquele que não pode, sem vertigem e sem medo, pôr-se de pé um instante, como uma vitória, jamais saberá o que é uma felicidade e, o que é pior, nunca fará nada para dar felicidade aos outros” (NIETZSCHE, 1976, p. 107).

Aquele que fosse tentado a tudo ver historicamente seria como um homem que não pudesse mais dormir. O importante é que há um grau de *insônia*, de *ruminação*, de *sentido histórico* que prejudica o ser vivo e que o destrói, seja ele um homem, uma nação ou uma civilização. Precisar-se-ia, então, do que Nietzsche (1976) chama de *força plástica*.

O filósofo afirma que é necessário fixar em que medida o passado precisa ser esquecido e que, para tanto, faz-se necessário conhecer a *força plástica* de um homem, de uma nação ou de uma civilização. A força plástica pode ser entendida como “a faculdade de crescer por si mesmo, de transformar e de assimilar o passado e o heterogêneo, de cicatrizar as suas feridas, de reparar as suas perdas, de reconstruir as formas destruídas” (NIETZSCHE, 1976, p. 108). A delimitação de um horizonte próprio é necessária para o que o filósofo chama de boa consciência.

Trata-se de saber esquecer a tempo, como se saber recordar a tempo; é imprescindível que um instinto vigoroso nos advirta sobre quando é necessário ver as coisas historicamente e quando é necessário não as ver historicamente. É este o princípio sobre que o leitor deve refletir: *o sentido histórico e sua negação são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de uma nação e de uma civilização*. (NIETZSCHE, 1976, p. 109)

A história é que precisa servir à vida, e não o contrário. Baseando-se nisso, trata de três formas de história: 1) *história monumental*, que é a do ser ativo e ambicioso; 2) *história tradicional*, que é a do ser que tem prazer em venerar e conservar; 3) *história crítica*, que é a do ser que sofre e tem necessidade de libertação.

Na *história monumental*, serve-se da história como um antídoto contra a resignação e ocorre quando se crê que os grandes momentos formam uma cadeia que prolonga pelos milênios a trave-mestra da história. Entretanto, a crença de que tudo que é grande deve ser eterno, suscita uma luta terrível, pois tudo que vive fora disso não seria válido. É a história dos grandes homens, que, ao lançar um olhar sobre o passado, se detém em grandes feitos, fecundando a idéia de que aquele que tem a vida mais bela é aquele que não se agarrou à vida em nome de algo maior que ele. A glória, assim, é a grande recompensa. E esse passado glorioso é contemplado com o intuito de que seja repetido. Para Nietzsche (1976), entretanto, isso é uma grande violência à realidade individual. Em nossa sociedade sempre circula o discurso de que devemos olhar para o passado a fim de não repetir os mesmos erros no presente. Como se tudo se repetisse, como se o tempo fosse sempre o mesmo, e as mesmas condições condicionassem os mesmos fatos. “(...) Que violência não é necessário fazer à realidade individual do passado para o introduzir forçadamente numa forma geral, depois de lhe ter afeiçoado as arestas e arredondado os contornos, a fim de conseguir essa assimilação!” (NIETZSCHE, 1976, p. 120). Esse tipo de história iguala as diferenças, identificando o que não poderia ser identificado. Une o que se repele, generalizando e considerando igual. Atenuará a diversidade das razões e do circunstancial de modo que o fato se mostre como um monumento, que é um exemplo e por isso digno de imitação nos efeitos em detrimento das causas. Como conseqüência, na tentativa de imitação desse passado, a história corre o risco de embelezá-lo, aproximando-se dos fatos-ilha, que nos enganam por um jogo de analogias estabelecidas. A história monumental, portanto, coloca a si como divisa: “deixai os mortos sepultar os vivos” (NIETZSCHE, 1976, p. 124).

Na *história tradicional*, o homem, sentindo-se em dívida para com o passado e lançando um olhar piedoso para suas origens, passa a tomar como objeto o muito pequeno, dando a ele grandiosa importância. Para o historiador tradicional, “a história de sua cidade transforma-se na sua própria história; a muralha, a porta levadiça, o regulamento municipal, a festa popular são como que o memorial ilustrado da sua juventude; neles se encontra com o seu vigor, o seu ardor para o trabalho, o seu prazer, a sua sabedoria, a sua loucura e os seus excessos” (NIETZSCHE, 1976, p. 125). Esse historiador ultrapassa a vida individual, e passa a se identificar com o gênio da própria família ou da própria cidade e na alma do povo passa a reconhecer a própria alma. Nessa história, o passado é um *antiquário* que deve ser conservado no que tem de imóvel. A “religião do passado” faz com que uma tradição não saia ao estrangeiro, condenando-a ao próprio passado. “Como é que a história serviria melhor à vida, senão vinculando fortemente à terra natal e aos costumes locais populações menos favorecidas do que outras, fixando-as e desviando-as de irem para o estrangeiro à procura do melhor que teriam que disputar aos outros?” (NIETZSCHE, 1976, p. 126), pergunta o filósofo. Há uma espécie de conformismo. E o que se perde, na história tradicional, é a capacidade de julgamento, já que se chega a um relativismo extremo. Ao atribuir um valor extremado à tradição, tudo o que é novo e está em crescimento é desrespeitado. Essa história da tradição mina, assim, a vida, pois a degenera em função do respeito ao passado. O perigo, freqüentemente, é que passa a se contentar com o *pó das minúcias bibliográficas*. A história tradicional não sabe, portanto, fazer nascer a vida.

A *história crítica* surge, nesse contexto, como um terceiro modo por vezes necessário de ler a história. Trata-se do *modo crítico* no interesse da vida. “Precisa-se ter força e de usá-la por vezes, de quebrar e dissolver um fragmento do passado para poder viver” (NIETZSCHE, 1976, p. 129). E isso, por fim, se consegue fazendo com que o passado seja julgado em seu próprio tribunal, passando por um rigoroso inquérito, e, ao fim, condenando-o. “Todo passado merece condenação porque, como acontece com todas as coisas humanas, nele se misturam a força e a fraqueza do homem” (NIETZSCHE, 1976, p. 129). Vale entender essas considerações nietzscheanas como ele próprio explica, dizendo que não se trata nem da justiça a julgar, nem do perdão a perdoar, mas da própria vida que decide, “a força obscura, propulsiva, insaciavelmente ávida de si própria” (NIETZSCHE, 1976, p. 130). Segundo Nietzsche (1976), “chegaremos a um conflito entre a nossa natureza herdada e hereditária e o nosso conhecimento, a uma luta entre uma nova e estrita disciplina e o que é inato em nós ou nos foi inculcado pela educação” (NIETZSCHE, 1976, p. 130). É desse modo que veremos surgir em nós uma nova natureza e esse conflito é sempre uma tentativa perigosa, já que é difícil estabelecer um limite para a recusa ao passado. Entretanto, a quem se dispõe colocar a história crítica ao serviço da vida, resta o consolo “de saber que essa segunda natureza já foi uma primeira natureza e que toda a segunda natureza vitoriosa é, por esse fato, uma primeira natureza” (NIETZSCHE, 1976, p. 131).

Nessa “categorização” tão própria a F. Nietzsche, fazemos ecoar alguns pressupostos da história nova, a saber, o rompimento das cadeias lineares e a invalidação da idéia de um sujeito que é fonte de seu dizer. Desse modo, olha-se para o passado com perguntas presentes, estabelecendo marcos que ali não se encontram *per se*. As perguntas ao passado partem, assim, do presente. Como afirma Nietzsche (1976), qualquer homem, ou nação, ou civilização tem necessidade do passado, mas não como pensadores que externalizam a vida e nem como indivíduos que apenas querem saber por saber. As necessidades do passado

estão submetidas à direção da vida. Essas perguntas devem partir, segundo ele, de uma *fome*, que seja regularizada por uma *necessidade*, e dominada por uma *força plástica*. Desse modo, “que o conhecimento do passado seja querido apenas enquanto está ao serviço do futuro e do presente, não para enfraquecer o presente nem para desenraizar de antemão um futuro que seria viável” (NIETZSCHE, 1976, p. 133).

É tomando esse cuidado que trazemos à baila o *modelo de análise triádica* proposto por Auroux (1985) e exposto por Chevalier e Delesalle (1986). Estes autores, nessa obra de 86, tratam da relação histórica entre a gramática, a lingüística e a escola na França do século XIX. Não entraremos aqui em questões pertinentes à obra, já que o que nos interessa é o trabalho de Auroux (1985) que os autores detalham.

Para esse modelo de análise que mencionamos, e, portanto, para o fazer específico de história das idéias e teorias lingüísticas deve-se levar em conta três fatores: a história das instituições pertinentes à idéia que se percorre; a história dos acontecimentos contingentes relacionados; e análise do engendramento de teorias por meio de uma leitura atenta dos textos. Esta análise dos textos pertinentes deve ser situada sob dois eixos: 1) *eixo histórico*, já que toda teoria é mais ou menos condicionada pelas teorias anteriores, formando o que Auroux (1985) chamou de *horizonte de retrospectção*; 2) *eixo sincrônico*, já que é bem conhecido em história das ciências que a mesma descoberta é feita ao mesmo tempo em diferentes lugares, de modo que não é o acontecimento em si que interessa, mas o jogo de forças que é colocado à mostra nessa “disputa” (Bourdieu, 1976). Guimarães (2004) entende a análise deste engendramento de teorias como análise de obras pertinentes para determinada idéia ou conceito.

História da semântica (GUIMARÃES, 2004) traça a história dos estudos de significação no Brasil a partir do século XIX. Para tanto, Guimarães (2004) se valerá, para constituir esse percurso, de trabalhos de lingüistas que produziram obras específicas sobre o estudo da significação. Vale lembrar que o autor, para tanto, se vale da palavra semântica tanto no sentido estrito da disciplina lingüística, quanto no sentido mais geral de estudos de significação. E estas obras serão tomadas mesmo que não tenham recebido de seus autores essa denominação. É importante notar que essa postura é típica de uma determinada postura teórica que o autor se coloca. Novamente aqui não nos deteremos no assunto específico da obra, mas selecionaremos o que nos parece pertinente para lançar algumas questões metodológicas para uma história feita a partir de obras pertinentes ao assunto do conhecimento que se historia.

Guimarães (2004) se utiliza do modelo de análise triádica (AUROUX, 1985, 1989; CHEVALIER, DELESALLE, 1986), mas produz algumas outras reflexões sobre ele. Apesar de Chevalier & Delesalle (1986) não dizerem explicitamente que para dar conta da história de uma idéia precisa-se realizar a histórias desses três domínios – obras instituições, acontecimentos, Guimarães (2004) afirma que cada um desses elementos pode ser objeto de uma análise específica. Entretanto, para cada um desses casos, faz-se necessário um modelo específico de trabalho. “Em todos os casos, é necessário que sejam instrumentos adequados à concepção de história que se adotar” (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

Neste trabalho e em outros, por conta de nossas balizas teóricas, não definiremos o termo ambíguo *história*. Posicionar-nos-emos apenas a respeito de um lugar que estamos cada vez mais ocupando. É desse modo que para o fazer histórico para nós está situado na caracterização que Foucault (2007) a respeito da nova história. Isto é, uma história que passa a encarar os documentos como monumentos e, a partir disso, surgem outras delimitações. Se antes se datava uma série e era necessário precisar a vizinhança de cada elemento, na nova história “(...) o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou “quadros” (FOUCAULT, 2007, p. 9). Se antes o descontínuo era o que deveria ser apagado, reduzido e contornado, “(...) um dos traços mais essenciais da história nova é sem dúvida esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática” (FOUCAULT, p. 10). Apaga-se a possibilidade de uma história global e começa-se a pensar em uma história geral, já que

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências, em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” é possível constituir. (FOUCAULT, 2007, 11)

Quanto ao posicionamento específico de Guimarães (2004) sobre a história das idéias, trata-se “de poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram ou ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momento encontramos

acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece ou se torna outro” (GUIMARÃES, 2004, p. 13).

Além disso, Guimarães (2004) estabelece que suas caracterizações não devem incorrer em nenhum desvio positivista, cuidado que consideramos extremamente pertinente dado nosso lugar teórico. O autor diz que um dos riscos que se correria com esse modelo de análise triádico seria justamente incorrer em uma metodologia modular, isto é, em uma metodologia que considerasse estes três aspectos como contíguos e correlacionáveis. Guimarães (2004) diz que tomar esse procedimento como modular seria se deixar tomar por uma vontade de totalidade, o que, dentre outras questões, poderia inviabilizar o trabalho. Pensamos que qualquer tentativa de exaustão e de totalização é problemática uma vez que exaurir sentidos é, em último instância, fazer com que morra o processo de significação.

Em um modelo de interpretação histórica, Guimarães (2004) afirma que é preciso estabelecer um lugar específico que se atribui às condições históricas e às práticas sociais. Desse modo, “as condições históricas não são as instituições mas têm com estas uma relação muito particular. Por outro lado, as práticas sociais se dão nas instituições específicas mas são materialmente determinadas pelas condições históricas” (GUIMARÃES, 2004, p. 14). E assim “o uso de um procedimento modular para relacionar a análise de uma produção específica, as instituições e os acontecimentos pertinentes nestas instituições, reduz a história da ciência só ao percurso correspondente ao da individuação que toma a pessoa (o indivíduo bio-psico-social) fora da história” (GUIMARÃES, 2004, p. 15), o que é ainda pior quando o que queremos é uma história da idéia, e não a história de uma disciplina específica.

Quanto à prática científica, vale lembrar que o sujeito de conhecimento está sempre sujeito às condições históricas e não está fora das relações institucionais de individuação (GUIMARÃES, 2004).

Guimarães (2004), sobre o modelo de análise triádica, especifica-o da seguinte forma:

1) *Análise das instituições*: o estudo das instituições pode se dar em diferentes níveis. Pode-se analisá-la no seu conjunto, como a “instituição escolar”, como também se pode analisar uma instituição específica, como o Colégio D. Pedro II enquanto instituição escolar.

2) *Análise dos acontecimentos*: ao se olhar para os acontecimentos contingentes a estas instituições, ambos “são analisados por aquilo que se relaciona com a produção de conhecimento num domínio específico do conhecimento” (GUIMARÃES, 2004, p. 16). A pergunta, nesse sentido, é como a prática científica é afetada por estas instâncias.

3) *Obras*: se o que se levará em conta é a análise das obras, para Guimarães (2004) é preciso considerar que elas “são afetadas por uma exterioridade que as constitui” (GUIMARÃES, 2004, p. 16). Esse estudo, portanto, ao ser feito já coloca em cena a relação daquele pensamento presente nas obras com a própria instituição, “pelo simples fato de que a análise de obras trará para cena sua relação com acontecimentos institucionais e suas condições históricas” (GUIMARÃES, 2004, p. 16). Guimarães (2004) diz ainda que para que isso seja realizado, deve-se levar em conta: a) que as obras analisadas “são produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas” (GUIMARÃES, 2004, p. 16); b) que “a produção do conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada” (GUIMARÃES, 2004, p. 16); c) que “os sujeitos, para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados” (GUIMARÃES, 2004, p. 16).

Já que a história de uma idéia pode ser feita a partir das obras que são importantes – e lembramos aqui que essa importância é determinada pelo historiador a partir de critérios que ele mesmo se coloca, repensamos até que ponto a obra pode ser tida como uma unidade óbvia, como Foucault questiona em *Arqueologia do Saber* (2007). Foucault (2007), para realizar seu projeto em *A arqueologia do saber*, coloca em cheque a unidade da obra e do livro, dizendo que “as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas (...), ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras fases: nó em uma rede” (FOUCAULT, 2007, p. 26). É por isso que “por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem em mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que o questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2007, p. 26).

Questiona, então, como organizar a obra completa de um autor. Levar-se-ia em consideração os rascunhos, as cartas, as anotações, o que o autor pensava em publicar? Todo esse *imenso formigamento de vestígios verbais que um indivíduo deixa em torno de si* se equivalem? Pode-se dizer que é a mesma relação que existe

entre o nome de Nietzsche por um lado, e por outros, as autobiografias de juventude, as dissertações escolares, os artigos filológicos, *Zarathustra*, *Ecce Homo*, as cartas, os últimos

cartões-postais assinados por “Dionysos” ou “Kaiser Nietzsche”, as inúmeras cadernetas em que se misturam notas de lavanderia e projetos de aforismos. (FOUCAULT, 2007, p. 27)

Obviamente as respostas a essas questões não são únicas, nem de fácil acesso. Foucault (2007) afirma que a obra não deve ser tomada imediatamente, nem certamente e nem homogeneamente como uma unidade. Pensamos, a partir disso, que o primeiro passo é tirar da evidência essa unidade em que a obra é colocada. Feito isso, cabe ao historiador, de acordo com critérios que lhe são próprios, valorar, no sentido de interpretar cada um dos elementos. Quanto a essas categorias como obra e livro,

“Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas *sacudir a quietude com a qual as aceitamos*; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas.” (FOUCAULT, 2007, p. 28)

Foucault (2007) critica a história das idéias³, dizendo que este tipo de história leva em conta a “gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da história das idéias, através dos quais ela se liga a uma certa forma, hoje tradicional, de análise histórica” (FOUCAULT, 2007, p. 156).

A partir dessas críticas, Chiss & Puech (1997) propõem para o trabalho que eles desenvolvem alguns cuidados, que tomamos aqui ao pensar que podem ser vistos como norteamentos para trabalhos de história das idéias em geral. Os autores dizem que no sentido que Foucault (2007) critica a história das idéias, deve-se: 1) evitar as facilidades da *gênese* e todo seu aparato de precursores, influências, atrasos e antecipações. A idéia de precursor e de origem não faz sentido quando não se vê nem progresso e nem linha no tempo; 2) resguardar de qualquer *totalização*, isto é, não falar de *um* estruturalismo, *uma* ciência etc; não homogeneizar, portanto, sob uma etiqueta pesquisas diferentes, mesmo que comensuráveis; 3) não tratar as obras em termos de *continuidade*, com suas linhas, filiações e heranças; assim, a noção de *série enunciativa* de Foucault (2007) dá conta da diversidade dos modos de fazer histórico.

É tomando esses pressupostos teóricos que levamos em conta que uma história das idéias lingüísticas pode ser feita a partir de obras fundamentais. *Fundamentais*⁴, aqui, obviamente se refere a uma determinada *idéia* ou *conceito*. Isto é, quando quero fazer a história de uma determinada idéia, ou de um determinado conceito, posso estabelecer uma série de obras que para o historiador são fundamentais. Essa escolha, entretanto, deve partir de um critério. Guimarães (2004), por exemplo, ao fazer *história da semântica* no Brasil, diz que o percurso que escolheu “é dos autores que produziram obras específicas no domínio dos estudos da significação” (GUIMARÃES, 2004, p. 14). Notamos que esse foi um critério que já instala uma temporalidade específica. O historiador, entretanto, pode instaurar uma temporalidade que pretende percorrer, novamente especificando quais são os marcos que ele próprio estabeleceu para constituir aquela determinada série.

Após a determinação da idéia ou conceito que se pretende percorrer, propomos que sejam feitos os recortes enunciativos, considerando-os sempre na medida em que integram o texto. A análise dessa série enunciativa que o historiador estabeleceu pode ser realizada a partir de inúmeros métodos ou procedimentos, de acordo com a teoria lingüística que embasa o historiador.

A partir desses resultados obtidos pela análise lingüística, começaria então o *gesto de leitura*. O historiador recorrerá, nesse momento, a algum suporte teórico que interprete os resultados obtidos.

Essa proposta metodológica foi pensada com vistas ao nosso de trabalho de dissertação. Dessa forma, daremos como exemplo o que pretendemos fazer em nossa pesquisa. Estabelecemos um tema, a saber, a função da linguagem na construção do real e das verdades sobre esse real no filósofo alemão F. Nietzsche e de que modo essas idéias ressoam na Lingüística do século XX. A partir desse *critério*, estabelecemos as obras que estudaríamos, levando em conta apenas as que foram publicadas em vida e pelo próprio autor para as obras de Nietzsche, e obras que tratam do assunto na Lingüística. A partir da leitura das obras, realizaremos os *recortes enunciativos*, tendo como entrada no texto palavras como *verdade*, *moral* e *real* na medida em que estiverem articuladas com *língua* ou *linguagem*. Com a *série enunciativa* realizada, utilizaremos recursos da semântica argumentativa e da semântica do acontecimento, bem como alguns

³ Vale lembrar que o trabalho feito no Brasil sob o nome de história das idéias lingüísticas em grande parte é o oposto do que era feito na década de 70 sob o nome de história das idéias e isso se deve, em grande parte, pela especificidade deste fazer no Brasil, como explicitamos no começo do texto.

⁴ O que diremos desse ponto em diante leva em conta, em grande parte, notas de aula do *Seminário Avançado de Semântica*, ministrado pelo Prof. Dr. Eduardo Guimarães, no segundo semestre de 2009.

procedimentos da Análise do Discurso de linha francesa para analisar as séries, levando em conta o que emerge de cada recorte. Por fim, e com os resultados das análises, buscaremos em autores como M. Foucault, G. Deleuze e F. Guattari, dentre outros, suporte interpretativo para a análise, uma vez que são autores que se dedicaram à obra de Nietzsche.

Pensamos que uma metodologia sempre deve ser reformulada a partir do que será analisado. Tomar o cuidado de ajustar o aparato metodológico, modificando-o quando necessário, faz com que o trabalho não se torne uma grade positivista a partir da qual veremos o que queremos ver. Enunciar a metodologia, e tê-la, por outro lado, é de alguma forma compartilhar a interpretação, explicitando seus passos e, desse modo, abrindo-se ao diálogo.

Fechamos esse texto em forma de fim-oroboros, para que seu começo seja secretamente engolido por seu final, de modo que possamos abrir possibilidades, desestabilizar horizontes, crias novos. Por fim, que esse texto esteja sempre a serviço da vida e, assim, a serviço da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHEVALIER, J.-C. DELESALLE, S. Introdução. In: **La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914**. Armand Colin: Paris, 1986. p. 7-29.
- CHISS, J-L.; PUECH, C. **Fondations de la linguistique** – études d'histoire et d'épistémologie. 2. ed. Louvain-la-neuve: Duculot, 1997.
- FOUCAULT, M. [1969] **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica**. Campinas: Pontes, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. [1874] **Considerações intempestivas**. Lisboa: Presença, 1976.
- ORLANDI, E. **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas; Cáceres: Pontes; Unemat, 2001.